

AZUIS

Economista

Marcelo Neri

discute urgência

da reforma da

Previdência PÁGINAS 4 E 5

“O BRASIL PODERIA APRENDER MAIS COM O CEARÁ”

| AJUSTE FISCAL | Atual presidente do FGV Social, Marcelo Neri discute urgência da reforma da previdência e destaca relevância do Bolsa Família em cenário de recuperação econômica



JÁDER SANTANA

ESPECIAL PARA O POVO

O economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas, doutor em economia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos - por onde passaram nomes de peso como Michelle Obama e Jeff Bezos, CEO da Amazon -, se diz entusiasta das políticas de incentivo à educação empreendidas em nosso Estado e das ações de microfinanças que movimentam a economia das periferias de Fortaleza. “O Ceará é uma grande inspiração”, disse repetidas vezes durante nossa conversa, elencando o êxito de iniciativas como o Banco Palmas e o Crediamigo.

Um dos maiores fervorosos defensores das políticas que levaram à redução dos índices de desigualdade social nos governos de Lula e Dilma, o ex-ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2013 a 2015) explica por que a tão falada reforma da previdência deve estar atrelada ao fortalecimento das redes de proteção

social. Chamando atenção para a queda nos índices de bem estar da população, levando em conta critérios de disparidade social e renda média, aponta o Bolsa Família como elemento importante na lógica de “priorizar o social”. Contrariando o discurso de críticos aos programas de assistência, esclarece que o impacto econômico de R\$1 a mais no Bolsa Família é três vezes maior que R\$1 a mais na Previdência. Atualmente, Neri está orientando um pesquisador cearense.

O POVO - Em várias ocasiões o senhor sugeriu a importância do atrelamento da reforma da Previdência ao aumento de recursos para as redes de proteção social, como o Bolsa Família, sobretudo levando em conta esse cenário de incremento nos índices de pobreza no Brasil registrado no último ano. Como funciona essa lógica?

Marcelo Neri - É a lógica de priorizar o social, pela capacidade de cada tipo de gasto chegar aos mais pobres. É um índice que varia de -1 a +1. -1 são os mais pobres dos brasileiros. +1, os mais ricos. O índice de previdência é de +0,52, bem mais próximo dos mais ricos que dos mais pobres. O do Bolsa Família é de -0,63, mais próximo do mais pobre. Se eu pegar outro programa social, o BPC (Benefício de Prestação Continuada, garante um salário mínimo mensal

à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção), ele é de -0,05, que talvez deva ter o seu montante preservado na reforma. Talvez ajude também olhar a capacidade dos programas de chegar ao topo da distribuição. A renda de previdência de alguém da classe AB brasileira é de R\$ 732. Já a renda de previdência do pobre é de R\$ 7,16. A renda de previdência de alguém da classe AB é cem vezes maior que alguém da classe E. No caso do Bolsa Família, é o oposto. Uma pessoa da classe AB ganha apenas 70 centavos do Bolsa Família em média. Na classe E, esse valor é de R\$ 27.

Previdência

OP - Essas redes de proteção como o Bolsa Família têm, definitivamente, um papel importante nesse programa de ajuste fiscal?

Marcelo Neri - Se a reforma da previdência é a cirurgia que o País precisa passar, o Bolsa Família é a anestesia que não deve faltar. A necessidade de fazer a reforma da previdência vem de uma notícia muito boa, que é o aumento da expectativa de vida da população. A cada três anos, ganhamos um ano de expectativa de vida. As pessoas estão vivendo mais, o que é maravilhoso, só que

demanda reforma de previdência. É uma consequência natural. A direção está correta, mas temos que discutir que reforma é essa, e implementá-la.

OP - O senhor fala da necessidade e urgência dessa reforma há muitos anos. Ela chega na hora certa ou vem com atraso? Quando o senhor acha que deveria ter sido iniciado esse processo?

Marcelo Neri - Eu tenho artigos de mais de 20 anos atrás, avaliando os gastos sociais brasileiros, que defendem a reforma da previdência por razões sociais, não apenas por razões fiscais. A direção está correta, mas é tardia. No Brasil existe uma divisão entre o econômico e o social. Alguns olham só para o econômico, e outros só para o social. É preciso olhar para os dois lados da moeda. A reforma da previdência viabiliza crescimento, mas também reduz desigualdades.

OP - Historicamente, nas últimas duas ou três décadas, o momento em que o campo econômico talvez tenha gerado mais mobilização foi com as discussões em torno do Plano Real, em 1994, e da crise que o antecedeu. Podemos tirar alguma lição desse momento?

Marcelo Neri - É uma excelente pergunta

porque agora, em alguns poucos meses, vamos estar celebrando 25 anos de estabilidade proporcionada pelo Plano Real. O Plano Real foi o último ato de uma série de planos contra inflação alta que fracassaram. Foi um processo lento e tortuoso de aprendizado para atingir a inflação civilizada. O debate em torno da reforma da previdência é a mesma coisa, aliás, como foi para libertar os escravos. Vários outros países passaram por isso, mas o Brasil é lento nesse processo de autoconvencimento. Quanto mais tarde for feita a reforma, pior, porque os ajustes serão mais doloridos e injustos. A diferença é que no início dos anos 1990 a gente via o plano de estabilização como resultado de um pacto da sociedade. A reforma da previdência envolve elementos de natureza similar, mas mais é difícil de ser atingida porque não tem o boom de curto prazo fruto da estabilização. Tive o prazer de observar em primeira mão a redução de pobreza do pós-Real. Agora, o processo é mais duro.

OP - Como o senhor observa os cinco primeiros meses do Ministério da Economia e sua política econômica? Estão agindo de acordo com o que se esperava para reverter os índices de pobreza e desemprego e para garantir a retomada da robustez de nossa economia?

Marcelo Neri - Não tenho reparos na economia, mas no resto. Nos últimos anos, esquecemos do combate à pobreza. Desaprendemos a lição que já sabíamos. A recessão foi muito mais penosa para a extrema pobreza. Em 2015, a extrema pobreza subiu 23%. Em 2017, subiu outros 17%. O Brasil de hoje, com toda essa estrutura social, tem passado desnecessariamente por isso.

OP - O senhor foi um grande entusiasta desse êxito na redução da desigualdade nos governos de Lula e Dilma. No ano passado, o índice de bem estar da população teve redução de 0,5%, levando em conta critérios como desigualdade e renda média. O que esse cenário diz sobre essa crise que não é apenas econômica?

Marcelo Neri - As agendas econômica e social precisam estar juntas. Antes, se pensava muito no social e pouco no desenvolvimento



Perfil

Marcelo Neri é doutor em economia pela Universidade de Princeton, diretor do FGV Social e professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), da Fundação Getúlio Vargas. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ministro de Assuntos Estratégicos (2013-2015) e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Livros

Neri publicou 12 livros sobre assuntos como planejamento de políticas públicas, microcrédito, cobertura previdenciária, pobreza no campo, Bolsa Família e inflação. Seu livro *A nova classe média: O lado brilhante da base da pirâmide*, lançado em 2012 pela Saraiva, foi indicado ao Prêmio Jabuti.

dos mercados. Agora talvez seja o inverso. Pensamos nas condições econômicas necessárias, e não nas condições sociais suficientes. A crise que o brasileiro tem passado não é só recessão. Mesmo a tímida recuperação econômica está ausente dos indicadores de bem estar social. Esses indicadores estão hoje no mesmo nível que estavam há sete anos, pois a desigualdade tem aumentado. Já na educação - um elemento que é caro ao cearense, que tem tido muito a ensinar para o resto do País -, o Brasil avançou muito em níveis de escolaridade. Mas a produtividade do trabalhador brasileiro não avançou. Aumenta a escolaridade e, em decorrência, a expectativa de vida, mas o retorno econômico da educação foi pequeno e criamos uma insustentabilidade fiscal na previdência.

Educação

OP - E por que esse retorno foi modesto? Por que o incremento nos níveis de educação não resultou em produtividade?

Marcelo Neri - De um lado, pensamos muito em colocar crianças na escola, mas a jornada escolar é muito pequena, de 4 horas por dia, fora as faltas. Em segundo lugar, não prezamos muito pela eficiência econômica. Olhamos muito a quantidade, mas pouco a qualidade educacional. O principal objetivo do jovem estudante é a inserção trabalhista, e isso sempre ficou em segundo plano. Então, acabamos tendo uma educação que não é muito boa para a economia e para a entrada do jovem no mercado de trabalho. Nossa educação tem vários méritos, mas tem esse grande defeito. Finalmente, pensamos pouco nos incentivos dados aos diversos agentes envolvidos no processo educacional. Nesse aspecto, o Ceará tem dado exemplo, e não só com o caso de Sobral, mas com toda a sua política educacional e com as políticas de distribuição de ICMS por mérito educacional.

OP - O que o Brasil pode aprender com nossas políticas de educação?

Marcelo Neri - Essa questão das metas sociais, em particular as metas de educação, é uma coisa que eu venho defendendo há muito tempo, é um excelente produto de exportação cearense. É uma campanha não só de mobilização, mas de incentivo econômico à boa educação, canalizando recursos do ICMS para municípios e escolas com maior avanço educacional. O Brasil poderia aprender mais com essa experiência de sucesso do Ceará. Se analisarem onde surgiram os programas de combate à pobreza, como o Bolsa Escola, vamos ver que surgiram inicialmente em municípios ricos, como Campinas e Brasília. O exemplo do Ceará é precioso porque mostra um estado que ainda é pobre, florescendo. Boas políticas brotando onde a necessidade delas é maior.

Ceará

OP - O senhor também citou Fortaleza como "capital brasileira da cidadania financeira" em uma antiga entrevista que fizemos.

Marcelo Neri - Nessa questão das microfinanças, o Ceará é uma grande inspiração, sobretudo um programa cuja sede fica em Fortaleza, apesar de atender todo o Nordeste e servir de inspiração prática para o Brasil. É o Crediamigo. Outro exemplo é o Banco Palmas. O Ceará é a meca da inclusão financeira no Brasil. Eu tive a oportunidade e o privilégio de, ao longo dos anos, fazer avaliações desses programas. O Crediamigo é surpreendente pela sua eficiência e escala. A FGV tem uma parceria longa com a UFC, vários professores estudaram aqui, eu mesmo estou orientando agora um aluno cearense. E nesses casos, a gente tem aprendido com vocês mais do que ensinado.

OP - O senhor também havia me contado que, entre as capitais brasileiras, Fortaleza e sua periferia seriam as mais impactadas pelo 13º do Bolsa Família.

Marcelo Neri - O lugar do Brasil onde o Bolsa Família é mais importante é o Nordeste, seguido do Norte. Eles têm um peso até 5 vezes maior que outras regiões do País. Se a gente pegar as capitais e periferias brasileiras, os dados mostram com certa folga que a periferia da Grande Fortaleza é o lugar onde o Bolsa Família é mais importante. O Crediamigo, inclusive, tem conexões com o Bolsa Família. Há sinergia entre os programas.

OP - Que impacto esse 13º teria diretamente em nossa economia local?

Marcelo Neri - É um impacto relevante, porque o Bolsa Família atende os mais pobres, que

gastam mais. A gente avallou que o impacto da economia de R\$ 1 a mais no Bolsa Família é três vezes maior que o de R\$ 1 na previdência. O 13º tem um impacto particularmente forte não só sobre a extrema pobreza, o que é o objetivo do programa, mas também sobre a economia local. O potencial de impacto desses benefícios é muito maior no Nordeste e em Fortaleza do que no restante do País. O Nordeste, nesse período de crise, teve uma queda de renda três vezes maior que a média nacional, então estamos precisando de medidas como essa. Foi a região que mais se beneficiou do período de crescimento inclusivo que durou até 2014, mas foi a região que mais sofreu nos últimos anos, e o Bolsa Família é um canal importante não só para transferir renda, mas para basear ações estruturais ligadas à educação, inclusão financeira, entre outras. É um canal privilegiado para chegar aos que precisam mais.

OP - Estamos vivendo momentos de turbulência também no campo da educação, com cortes anunciados. De que forma esse cenário pode interferir no quadro de tentativa de recuperação econômica?

Marcelo Neri - Turbulência nunca é bom. O Brasil precisa fazer um ajuste fiscal, precisa aumentar sua produtividade, e essas duas grandes ações (previdência e educação) não podem perder de vista a questão distributiva. O Brasil perdeu muito nos últimos anos no crescimento inclusivo e na coesão das ideias. Somos uma sociedade mais dividida. Devemos pensar e agir como Nelson Mandela, que uniu o país símbolo da divisão.

OP - Mas esse corte anunciado de 30% vai interferir positivamente na economia?

Marcelo Neri - Na verdade, o corte não é de 30%. Foi inicialmente anunciado assim, mas é um contingenciamento das verbas discricionárias, de 3,5% do orçamento total.

Futuro

OP - O senhor é otimista em relação ao que está por vir?

Marcelo neri - O Brasil viveu uma grande transformação ao longo das últimas décadas. Virou democracia, estabilizou a inflação, reduziu desigualdades. São conquistas nada triviais que acabaram ficando em xeque. Os dados de percepção da população mostram que hoje o Brasil está muito mais complexo que o mundo, vivendo uma divisão ainda maior que a observada em outros países. O Brexit e Trump refletem essa divisão, e o Brasil vive um processo ainda mais complexo. Enfrentamos desconfiança nas instituições e reprovação da classe política num grau acima dos demais países, desenvolvidos ou não. Precisamos fazer o dever de casa econômico sem esquecer dos mais pobres, precisamos unir o País e dar mais confiança ao povo. Agora, quando a desconfiança é generalizada, a possibilidade de dar o choque de confiança que precisamos é maior.



As agendas econômica e social precisam estar juntas. Antes, se pensava muito no social e pouco no desenvolvimento dos mercados. Agora talvez seja o inverso. Pensamos nas condições econômicas necessárias, e não nas condições sociais suficientes”

SAULO ORTEGA/INFLUENCER

MARCELO
NERI

O Ceará é a meca da inclusão financeira no Brasil. Eu tive a oportunidade e o privilégio de, ao longo dos anos, fazer avaliações desses programas. O Crediamigo é surpreendente pela sua eficiência e escala

"Se a reforma da previdência é a cirurgia que o País precisa passar, o Bolsa Família é a anestesia que não deve faltar. A necessidade de fazer a reforma da previdência vem de uma notícia muito boa, que é o aumento da expectativa de vida da população"

